

Norma Breda dos Santos
(ORGANIZADORA)

Brasil e Israel

Diplomacia e sociedades

EDITORA

UnB

Outros lançamentos da Editora UnB

Economia e sociedade – vols. I e II

Max Weber

A formação da realidade econômica

Rita de Cássia L. F. Santos

A natureza, o homem e a economia

Helano Maia de Souza

Lutas, jogos e debates – 2ª edição

Anatol Rapoport

Poder e sociedade – 2ª edição

Abraham Kaplan

Harold Lasswell

Sindicalismo e democracia

Betina Schürmann

Política e graça

Christian Meier

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil

Antônio Augusto Cançado Trindade

Política de defesa no Brasil

Domício Proença Jr.

Eugenio Diniz

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel
Oliveira Araújo, Hermes Zaneti, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes



Norma Breda dos Santos
(organizadora)

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

*Coleção Relações Internacionais,
dirigida por Amado Luiz Cervo*

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Norma Breda dos Santos (organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Qd. 02 Bloco C Nº 78

Ed. OK 2º andar

70300-500 Brasília – DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial: Wânia de Aragão-Costa (Preparação de originais); Terra Brasil – Fábrica de Textos (Revisão); Fernando Luis (Editoração eletrônica); Márcio Duarte (Capa)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil e Israel: diplomacia e sociedades / Norma Breda dos Santos (organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2000.
264p. – (Coleção relações internacionais)

ISBN 85-230-0592-7

1. Relações internacionais – Brasil. 2. Relações internacionais - Israel. 3. Diplomacia. 4. Política internacional. I. Santos, Norma Breda dos. II. Série.

CDU 327(81:569.4)

Para Helena Salem

Sumário

APRESENTAÇÃO, **9**
AMADO LUIZ CERVO

PREFÁCIO, **13**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

PARTE I

O BRASIL E A QUESTÃO ISRAELENSE NAS NAÇÕES UNIDAS: DA CRIAÇÃO DO
ESTADO DE ISRAEL AO PÓS(?)-SIONISMO, **19**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

BRASIL-ISRAEL: DA PARTILHA DA PALESTINA AO RECONHECIMENTO
DIPLOMÁTICO (1947-1949), **71**
TULLO VIGEVANI E ALBERTO KLEINAS

O BRASIL DE VARGAS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL:
ANÁLISE COMPARATIVA COM A ARGENTINA, 1949-1955, **115**
LEONARDO SENKMAN

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE NO CRUZAMENTO DAS ESCOLHAS
INTERNACIONAIS DO BRASIL, **149**
ANTÔNIO CARLOS LESSA

PARTE II

BRASIL E ISRAEL NA GLOBALIDADE: UM ENSAIO, **189**
PEDRO P. GEIGER

“JUDEUS MESSIÂNICOS” E SUA “CASA DE ISRAEL” EM BRASÍLIA:
TEMPO, ESPAÇO E IDENTIDADE, **217**
SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

MÍDIA E ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO DE GUERRA E PAZ, **235**
DIANE KUPERMAN

Parte I

Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil

*Antônio Carlos Lessa**

As relações de Brasil com Israel e os países árabes, inexplicavelmente, constituem uma dimensão pouco explorada pela análise historiográfica brasileira.

É certo que esta história é muito mais rica do que indicam os fracos índices do comércio bilateral e dos fluxos financeiros e a baixa densidade das agendas políticas e de cooperação. Ela encontra a sua força e os seus motivos nas dinâmicas relações psicossociais que ultrapassam os Estados e constroem pontes ligando diretamente as sociedades. Não é este o caso da comunidade judaica e da árabe plenamente integradas no tecido social brasileiro?

Para as relações que ligam os Estados, há outras explicações: para o seu esquecimento, certamente, contribuíram o intrincado jogo estratégico do Oriente Médio e as sutilezas das engrenagens políticas que animam os movimentos regionais, mas, sobretudo, a ausência de interesses de vulto a realizar de parte a parte. Do ponto de vista da política exterior do Brasil, permanece contundente a necessidade de se compreender a lógica de Estado que ordena a construção da equidistância, da aproximação ou do distanciamento. Nesse caso, o exame detido das relações de Brasil com Israel e com o conjunto de países árabes presta-se mais para compreender os mecanismos de atualização das tradições diplomáticas brasileiras do que propriamente para explicar os motivos da debilidade dos laços interestatais.

* Universidade de Brasília.

O presente texto tem o objetivo de examinar, em linhas gerais, o desenvolvimento das relações de Brasil com Israel e com as nações árabes, de 1967 aos nossos dias. Adota-se, intencionalmente, perspectiva inusitada: parte-se da análise dos traços dominantes do comportamento internacional do Brasil (seus objetivos tradicionais e meios de ação) para se proceder a esforço de compreensão dos constrangimentos internacionais surgidos na década de 70 (o choque do petróleo de 1973, a crise econômica mundial e suas conseqüências sobre o projeto nacional de desenvolvimento), e, finalmente, das escolhas que o governo brasileiro fez para comportar, em suas diretrizes de ação internacional, interesses e relacionamentos excludentes.

A idéia de “relacionamentos excludentes”, por sinal, é desenvolvida para evidenciar os motivos que levaram o Brasil a revisar, pragmaticamente, as suas relações com diferentes países (Israel, África do Sul, Portugal colonialista e China nacionalista) tendo em vista os impedimentos que impunham a dinamização dos vínculos com outras nações (especialmente com os árabes, com todo o continente africano e com a República Popular da China).

Os objetivos da atuação internacional do Brasil

A ação internacional das nações guia-se pela perseguição de objetivos abstratos ou concretos, que devem corresponder à leitura que os homens de Estado fazem do interesse nacional. A resultante do interesse nacional, conforme sintetizada pelo líder ou pelas burocracias especializadas, apresenta-se, tradicionalmente, como dimensão de difícil apreensão aos analistas, dado que obedecem às lógicas de interação próprias do sistema de finalidades que informa o cálculo estratégico em política exterior.¹

¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. 2. ed. Paris: Publications de la Sorbonne-IHRIC, p. 63–64; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'occident*, p. 101–110; ALLAIN, J. C. “Le groupe dirigeant dans la conduite des relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985; REMOND, René. “Le rôle des hommes dans la pensée et l'oeuvre de Jean-Baptiste Duroselle”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995; GUILHEN, Pierre. “Ecrire l'histoire de la politique extérieure de la France”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995.

Tal síntese é processada a partir de quadros de interpretação sobre os elementos fugazes e extremamente maleáveis da situação política e econômica doméstica e internacional, sobre o estado de estabilidade pouco durável ligado à evolução rápida da conjuntura ou sobre o lento desenvolvimento dos fenômenos político-econômicos relativamente estáveis identificados com a estrutura. E deve, naturalmente, medir os meios disponíveis, calcular os riscos envolvidos, vislumbrar as margens de manobra existentes para a sua implementação e considerar a existência de forças internas e externas que possam ser utilizadas e canalizadas nas etapas de implementação da política dali resultante.²

Acresce que a leitura de interesse nacional e a própria formulação e implementação das políticas exteriores são também condicionadas por um sistema de causalidades muito mais poderoso que a vontade dos homens de Estado e as pressões exercidas por grupos de interesse, representado pela existência de forças profundas que encontram origens e manifestações espontâneas nas coletividades humanas. Assim, as manifestações das forças econômicas, dos valores, dos movimentos demográficos e mesmo das fenômenos naturais (que podem influenciar atitudes e comportamentos da coletividade) encontram a sua eficácia como estrutura de causa nas relações internacionais, na hierarquia de valores que serve de norte às sociedades, nos sistemas educacionais que desenvolvem solidariedades e desconfianças, nos mitos e nas ilusões construídos sobre a nação.³

Vê-se, portanto, que a decisão em política exterior é, imediatamente, contingenciada não apenas pela manifestação das forças profundas, mas também pelas relações recíprocas entre estas

² Thobie, Jacques. “La dialectique forces profondes-décision dans l’histoire des relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 80–82; GUILHEN, Pierre. “Politique intérieure et relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985.

³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 151–154; ALLAIN, Jean-Claude. “De la personnalité au groupe de décision: leur pouvoir sur le cours de l’histoire internationale”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995.

e as forças organizadas, o que faz que a síntese de interesse nacional seja complexo jogo de equilíbrio entre interesses de segmentos sociais frequentemente em choque, finalmente harmonizados em um pensamento eficaz a que procede o homem de Estado. A este, cabe a responsabilidade de auscultar os interesses da sociedade, de formular e implementar uma plataforma de política exterior capaz de promovê-los e de traduzir, para a sociedade, a natureza e a intensidade dos constrangimentos internacionais que viabilizam, ou prejudicam, a sua realização.⁴

Buscam, as sociedades, realizar objetivos diversos, muitas vezes expressos em fórmulas simples que sintetizam interesses abstratos (segurança, potência, prestígio ou afluência) e concretos (territórios, população, insumos diversos para o seu projeto econômico – capitais, tecnologias, etc). Assim, o interesse nacional apresenta-se como a síntese das aspirações da sociedade, e estas são

a forma subjetiva com que os interesses vitais e estruturais se projetam na consciência nacional, [e que] independem de diferenças regionais, de classes ou de minorias étnicas, pois as diferenças entre uns e outros podem ser harmonizáveis e, se não coincidem, podem não ser incompatíveis, sendo o compromisso básico sempre possível. Tais aspirações emanam da manifesta originalidade, particularidade e individualidade próprias da terra e da gente, ou de suas características psicossociais, (...) fortificam-se pela presença de um poderoso sentimento nacional e pela consciência de uma comunidade política que se afirma diferente das outras e se exprime no esforço de conquista, na comunidade de nações, de posição digna e respeitada, que lhe assegure a defesa de seus direitos. Daí mesmo a unicidade e indivisibilidade do interesse nacional no campo interno e externo.⁵

Os brasileiros têm, desde 1930, claramente, manifestado que a resultante do interesse nacional que ilumina a sua atuação in-

⁴ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 87–91.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 77.

ternacional se resume na perseguição dos elementos necessários para o seu desenvolvimento econômico e social. Assim delimitada, tal leitura concretizou-se na perseguição de 4 objetivos básicos, que se prestaram a instrumentalizar a atuação internacional do Brasil desde então (e indiscutivelmente até 1990): a) a concertação internacional, nos fóruns em que se fizer possível, para a construção de regras que desimpedissem o acesso aos elementos tidos como fundamentais para a estratégia de desenvolvimento; b) a diversificação dos contatos internacionais; c) a integração eficaz nos fluxos econômicos internacionais; e d) a construção de presença internacional própria e crescentemente desvinculada dos constrangimentos ideológicos do momento.

Tais objetivos realizavam-se pela ampliação da capacidade de articulação internacional demonstrada pelo País, que era também utilizada como capital de intermediação, ampliado pelos princípios da sua perene atuação diplomática (o seu caráter não-confrontacionista, a tradição pacifista, a busca negociada das controvérsias, a sobrevalorização da auto-determinação e da não-intervenção, o respeito ao direito).⁶

A realização de tais desígnios deu-se em movimentos não-lineares, que se estendem em avanços e recuos por todo o período, por meio do descarte gradual de conceitos e idéias que se foram mostrando, crescentemente, inadequados para continuarem servindo de baliza à atuação internacional de nação que apresentava demandas e necessidades cada vez mais complexas, nascentes do processo de urbanização e do próprio desenvolvimento industrial. Assim, as noções de bipolarismo como maior constrangimento internacional, de segurança coletiva, de interdependência militar, política e econômica e as categorias que informam o ocidentalismo, foram, lentamente, expelidas dos fatores computados no cálculo estratégico. Paralelamente, desenvolveu-

⁶ CERVO, Amado L. "Relações internacionais do Brasil". In: CERVO, Amado (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994, p. 26–27; FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 355–358.

se uma hipersensibilidade aos temas econômicos e se constatou que os objetivos nacionais são mais bem realizados pela construção de acervo universal de contatos bilaterais.⁷

A construção paulatina do universalismo, que se fez com o alargamento do escopo geográfico de atuação da política externa brasileira, proporcionou-lhe a incorporação de novos mercados consumidores (tanto para os produtos tradicionais do setor agro-exportador, quanto para os frutos da sua notável estratégia de industrialização) e de fontes alternativas de capital, tecnologia e energia, além de lhe valer apoios políticos a serem articulados em foros multilaterais. Por conseqüência, a abertura brasileira para o Extremo Oriente, para a África, para a América Latina, e a dinamização das relações com a Europa Ocidental, do mesmo modo que obedecem a avanços e recuos, inserem-se em estratégia de largo fôlego, ensaiada e implementada pelos distintos governos do Brasil, com o objetivo de permitir, ao País, circundar, pragmaticamente, os apertos que se lhe apresentam conjunturalmente nas suas ínfimas margens de manobras, nascidos do fato de se inserir, imediatamente, no sistema de poder de uma das superpotências.

O pragmatismo, por sua vez, exacerbação do realismo que se apresenta precoce na política exterior do Brasil, é entendido como negação ao apriorismo e realce da eficiência como meta, partindo de apuração realista dos fatos e da avaliação ponderada das circunstâncias, de modo a induzir a adequação dos interesses nacionais aos constrangimentos internacionais. O caráter crescentemente pragmático da política exterior tornou possível a compatibilização da universalidade em construção com a capacidade de articulação concreta, de modo a tornar operacional o crescente acervo de relações bilaterais em via de acumulação.

Muito cedo, agregou-se, ao universalismo, variável de seletividade que se concretiza na definição de relações prioritárias com determinados países e regiões, por meio da barganha em diversos movimentos. Por vezes, oferecem-se, como trunfos, a renovação do diálogo e a aproximação de posições políticas. Em outras, oportunida-

⁷ AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 121-155.

des de grandes projetos conjuntos e a penetração comercial recíproca. Espera-se, sempre, em troca, insumos para o projeto de desenvolvimento em implementação.⁸ O universalismo seletivo resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior permitiu a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribuiu atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que propiciou que se auferissem ganhos concretos de lado a lado.⁹

Observe-se, entretanto, que o caráter crescentemente pragmático e universal da ação internacional do país teve, até a década de 60, dificuldades para se manifestar plenamente, tolhido que foi pela convivência com a trama de apoios políticos expressos e velados e pelos preconceitos que ganharam forma nos alinhamentos sem recompensa, no amparo dos colonialismos e nas manifestações do ocidentalismo (que supunham que qualquer afastamento do eixo político tradicional configurava um irremediável distanciamento da civilização cristã-ocidental), e que, em boa medida, deitava raízes em interpretações extemporâneas da realidade internacional, na evolução dos arranjos de poder, na ordem bipolar e nos antigos sentimentalismos, todos constantes nas visões de mundo de diferentes governos.¹⁰

⁸ Lessa, Antônio Carlos. “A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974–1979)”. *Revista brasileira de relações internacionais*, v. 38, n. 1, 1995, p. 24–39.

⁹ Esse movimento recorrente na história da política exterior do Brasil contemporâneo, e especialmente a partir da década de 70, é conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, “que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. “A construção de parcerias estratégicas é “fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente”. Lessa, Antônio Carlos. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. *Revista brasileira de política internacional*, Edição Especial: 40 anos, 1998, p. 31.

¹⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951–1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 177–228.

Por outro lado, a partir da década de 70, o amadurecimento do discurso ao lado do aguçamento da prática de articulação internacional e do fim das ambigüidades nos relacionamentos bilaterais, expressos nas dimensões multilaterais e bilaterais, caracterizaram a atuação do País que, animado pelo vertiginoso crescimento econômico, procurou estabelecer modos específicos para garantir a expansão e o suprimento dos insumos para o desenvolvimento, mesmo em tempos de crise econômica mundial. Procuraram-se adquirir, pela via da cooperação internacional, as tecnologias que permitiriam a consolidação do parque produtivo nacional, o que se fez em concomitância com a atração, em melhores condições, de maiores fluxos financeiros de origem mais diversificada, e com a ampliação das pautas e dos mercados para as exportações. Do mesmo modo, perseguiu-se a ampliação das bases de autonomia econômica pelo fortalecimento do parque produtivo nacional, com a associação de capitais estrangeiros ao capital monopolista de Estado, que, por sua vez, avançou sobre setores considerados estratégicos, no intuito de consolidá-los pelo provimento de organização e de infra-estrutura.

Na virada para os anos 80, entretanto, na mesma intensidade com que o modelo econômico gestado e implementado ao longo de todo o período perdia a capacidade de continuar provendo os ganhos substantivos ligados à expansão da base produtiva, as funções de suprimento da política externa eram drasticamente prejudicadas pela reversão das expectativas internacionais relativas às potencialidades do Brasil e pela sua incapacidade de contornar os efeitos da crise financeira.

A deterioração da estrutura da ordem internacional, sinalizada pela crise do multilateralismo, pela rebipolarização política, pelo avanço irreduzível dos neoprotecionismos nos países desenvolvidos, e, finalmente, pelo aprofundamento do hiato econômico que separa o Norte do Sul, marcou os anos de crise em que se assistiu à sofisticação conceitual do discurso diplomático brasileiro, que se manifestava para denunciar as injustiças da ordem econômica internacional, a inoperância do multilateralismo econômico, a falência do diálogo Norte-Sul e o insu-

cesso das organizações internacionais em atuar para dirimir os efeitos do subdesenvolvimento.¹¹

O desmoronamento da ordem internacional do pós-guerra, ao final dos anos 80 e na abertura dos 1990, ao impor a constatação da morte súbita das categorias que emprestavam organicidade ao discurso e à prática política do nacional-desenvolvimentismo, em conjugação com o avanço irrefreável da vaga neocambista, acabou por romper o consenso que se articulou em torno da Política Exterior do Brasil, pelo menos desde a década de 70, pautado pela excelência das linhas gerais do projeto de inserção internacional autonomista que se implementara até então. De fato, a sua eficácia seriamente comprometida pelas transformações políticas e econômicas externas e internas impunha a rearticulação de prioridades, que passam pela revisitação do acervo de contatos bilaterais, pelo abandono de posturas defensivas acerca dos chamados temas globais (meio ambiente, direitos humanos, não-proliferação, etc.) e por crescente interação e participação nos processos de regionalização.¹²

Na mesma intensidade com que a velocidade dos processos inerentes à globalização econômica impôs o redimensionamento, nos anos 90, das práticas autonomistas,¹³ aguçou, na diplomacia, a sua já tradicional hipersensibilidade econômica, extremando-se na postura de buscar oportunidades concretas de projeção dos interesses econômicos, cuidando da criação de espaços que facilitem a capacitação dos agentes econômicos nacionais para a competição global (Mercosul e proposta de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul) e desenvolvendo novas ferramentas para melhorar o acesso a mercados, créditos e tecnologias.

¹¹ FONSECA JÚNIOR, Gelson, *op. cit.*, p. 293–350; BUENO, Clodoaldo. “A política multilateral brasileira”. In: CERVO, Amado L. (org.), *op. cit.*, p. 59–144.

¹² Há de se conferir nova densidade aos contatos com os países vizinhos, notadamente em função do projeto de integração econômica regional, proceder à normalização das relações políticas e econômicas com os EUA e à abertura de padrão para o gerenciamento dos conflitos e, finalmente, auscultar as novas possibilidades oferecidas pela dinamização das relações em todos os níveis com o pujante espaço econômico europeu ocidental.

¹³ O que se fez com uma rápida adequação aos *diktats* da liberalização econômica – abertura comercial, liberalização de investimentos, privatização do parque estatal, renegociação e tentativa de viabilização do pagamento das dívidas externas.

O Brasil e os seus relacionamentos excludentes

O ano de 1967 marcou o início da retomada das tendências gerais da Política Exterior do Brasil acima arroladas, sobretudo aquelas identificadas com a visão autonomista e desenvolvimentista, e que foram subitamente redirecionadas com o golpe de Estado de 1964. Com efeito, a partir daquele ano, na medida em que a economia se recuperava e o regime político se estabilizava, velhas aspirações de poder e prestígio internacional emergiam e ganhavam força embaladas pelo dinamismo econômico.

Dessa vez, seriam as forças armadas que, seguindo bem delineada estratégia, buscariam dar, ao Brasil, o lugar que o seu potencial indicava, naquele momento, no concerto das nações. Com efeito, passava-se a relacionar os aspectos econômicos e financeiros e as vinculações da política exterior ao binômio segurança-desenvolvimento, com atenção muito mais destacada ao segundo elemento. A ação internacional do Brasil passava a sintetizar novo objetivo no período: diminuição e desconcentração dos focos de dependência externa e obtenção e maximização dos meios para o desenvolvimento econômico. Tal objetivo era determinado pela vontade política de obter novo estatuto internacional, que ganhava, no então denominado *Projeto Brasil Potência*, a sua melhor expressão. Este “projeto” partia, pois, do estímulo ao crescimento econômico e da adoção de posturas diplomáticas flexíveis, que bebiam do pragmatismo ancestral, acrescidas de algumas novas vertentes conceituais:¹⁴ a recusa da noção de alinhamentos automáticos; a procura do ecumenismo como ideal, com o que se pretendia abrir o leque de opções internacionais abrigadas sob o conceito de pragmatismo, mas, com o passar dos anos, qualificadas pelo adjetivo “responsável”; a consagração da noção fundamental de interdependência econômica, com o que se procurava reafirmar os víncu-

¹⁴ LESSA, Antônio Carlos. “Apogeu e declínio do nacional-desenvolvimentismo na política exterior do Brasil”. *Em tempo de histórias*. Universidade de Brasília, ano 1, n. 1, 1995, Cadernos da Pós-Graduação em História.

los com a economia internacional e afastar qualquer pretensão à autarquia de um projeto nacionalista radical.¹⁵

Estas vertentes conceituais indicavam a necessidade de se imprimir, à ação internacional do país, grande flexibilidade de ação e agilidade de conduta, de adaptabilidade e relativa indiferença política. Lembrava, enfim, que a orientação pragmática seria revestida de um sentido ético, sob o adjetivo “responsável”, de modo a não ser confundido com um oportunismo nefasto.¹⁶

O choque do petróleo, em fins de 1973, encontrou a economia brasileira no apogeu de seu crescimento da primeira parte dos anos 70, o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. De fato, crescia-se, naquele ano de 1973, a quase 14% em termos reais. A atividade econômica estava superaquecida e maciças importações de matérias-primas faziam-se necessárias para evitar pontos de estrangulamento no processo produtivo.

O impacto imediato da crise do petróleo tinha de ser brutal – e assim foi. A balança comercial repentinamente tornou-se altamente deficitária, e o déficit em conta-corrente simplesmente quadruplicou. Com efeito, a enorme elevação do preço efetivo médio do barril de petróleo estava, em 1974, 296% acima dos níveis de 1973, e, em 1978, 348% maiores. Ao mesmo tempo, os principais mercados consumidores entraram em recessão. A retração das exportações brasileiras decorrentes da desaceleração da demanda externa conseqüente à recessão mundial foi estimada em US\$ 623 milhões de dólares por ano, o que equivalia a 9,4% das exportações e a 0,5% do PIB (Quadro 1). No conjunto, o balanço de pagamentos do Brasil sofreu choques externos determinantes de uma perda anual de quase US\$ 3 bilhões

¹⁵ CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 329–351.

¹⁶ E, assim, firma-se a vertente conceitual que caracterizou a política exterior do Brasil até o final do regime militar, identificada no epíteto “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”.

de dólares (US\$ 2,897) ou nada menos que 2,7% do PNB. Em síntese, é como se,

por obra e graça da crise do petróleo, o Brasil tivesse passado a pagar ao exterior, e especialmente à OPEP, entre 1974 e 1978, um tributo, sem contrapartida de qualquer serviço adicional, correspondente a 2,7% do seu Produto Nacional anualmente.¹⁷

A crise decorrente desse primeiro choque do petróleo teve impacto incontestável na política exterior do Brasil. A partir de então, a orientação internacional do País passava a ter, como norte, 5 grandes preocupações:

- a) expandir os mercados de exportação, de modo a minimizar o impacto sobre o balanço de pagamentos;
- b) dinamizar a atração de investimentos externos diretos, tecnologias e recursos financeiros que auxiliassem na modernização e na expansão do aparato produtivo nacional;
- c) buscar garantias de fornecimento permanente de matérias-primas e recursos energéticos ao mais baixo custo;
- d) evitar compromissos que viessem limitar a autonomia decisória interna e fazer recuar ainda mais a já estreita margem de manobra internacional, como também evitar os compromissos que envolvessem o País em situações difusas, em que o seu interesse não estivesse claramente definido; e
- e) ampliar, radicalmente, o escopo geográfico da política externa, tocando em áreas até então muito mal margeadas pela diplomacia e pela expansão comercial.

Assim, a demanda galopante por petróleo, a pesada dependência de fornecedores determinados (basta lembrar que 92% dos suprimentos eram fornecidos pelo Oriente Médio), as pressões para contrabalançar o déficit na balança comercial e o tratamento

¹⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris – de Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 219–275.

QUADRO 1
Composição das importações 1960–1985
(Valor das importações em US\$ milhões–FOB)

Ano	Importações totais	Importações de petróleo e derivados	Percentual das importações de petróleo no total das importações brasileiras
1960	1.293	194,6	15,05
1961	1.292	190,6	14,75
1962	1.304	191,9	14,71
1963	1.294	192,8	14,89
1964	1.086	176,6	16,26
1965	941	154	16,36
1966	1.303	165,8	12,72
1967	1.441	153,6	10,65
1968	1.855	204	10,99
1969	1.993	203,8	10,22
1970	2.507	236,1	9,41
1971	3.247	326,9	10,06
1972	4.232	409,2	9,66
1973	6.192	710,8	11,47
1974	12.642	2.840,1	22,46
1975	12.212	2.875,4	23,54
1976	12.383	3.612,5	29,17
1977	12.023	3.813,9	31,72
1978	13.683	4.195,8	30,66
1979	18.084	6.434,4	35,58
1980	22.955	9.844,3	42,88
1981	22.091	11.005,8	49,82
1982	19.395	10.120,2	52,17
1983	15.429	8.179	53,01
1984	13.916	6.866,6	49,34
1985	13.168	5.693,6	43,23

Fonte: Elaboração do autor, a partir da tabela reproduzida em CARDOSO, Eliana; FISHLOW, Albert. *Macroeconomia da dívida externa brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 169.

do futuro boicote do petróleo tornaram o Brasil extremamente vulnerável. As poucas políticas alternativas que foram deixadas abertas não passavam pela revisão pontual do acervo de contatos bilaterais, de modo a identificar os relacionamentos que obstacu-

lizavam a configuração final de uma presença brasileira verdadeiramente universal e impediam o acesso do País a grandes mercados ou ao provimento com novas fontes supridoras de tecnologias, capitais e energia.¹⁸

O Brasil estava diante de difícil travessia que não poderia ser feita por aproximações sucessivas, como gostaria o Itamaraty. Estava claro que o governo Ernesto Geisel, que se iniciara em 1974, consagrava como um dos seus principais objetivos a busca de novas fontes supridoras de energia e de novos mercados.

Havia de se reexaminarem os relacionamentos excludentes, ou seja, o conjunto de relações bilaterais e apoios políticos explícitos ou velados que impediam o País de obter a ampliação de mercados e o acesso a insumos importantes para o projeto de desenvolvimento em via de implementação. Entravam, assim, na mira de fogo, as relações bilaterais com a China Nacionalista, com a África do Sul, com o Portugal colonialista e com Israel, o que se deve, sobretudo, aos constrangimentos que tais relações impunham às relações do Brasil com outros países (com a China Continental, com todo o continente africano – e especialmente com a região de expressão portuguesa –, e com as nações do Oriente Médio).

Um dos primeiros movimentos de revisão desses relacionamentos excludentes foram implementados ainda no início do quinquênio Geisel: a reaproximação e o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China.

Na América Latina, o Chile, o Peru, a Argentina e o México já haviam reconhecido Pequim, mas o governo brasileiro temia que a abertura das relações sino-brasileiras pudessem facilitar atividades subversivas no País. A reviravolta nas relações entre os 2 países aconteceu em abril de 1974: uma missão de exporta-

¹⁸ Com relação às motivações “energéticas” do governo brasileiro no período em questão, ver sobretudo COSTA, Gino. *The foreign policy of Brazil towards her south american neighbours during the Geisel and Figueiredo administrations*. Cambridge: University of Cambridge, 1987, Ph.D. thesis; NAZARIO, Olga. *Pragmatismo in brazilian foreign policy: the Geisel years (1974–1979)*. Coral Gables: University of Miami, 1983, Ph.D. thesis.

dores brasileiros visitou o país e, ainda em agosto daquele ano, uma missão comercial chinesa retribuiu a visita, a primeira desde 1963.¹⁹ Em agosto de 1975, as relações diplomáticas foram restabelecidas, implicando o rompimento automático das relações com Taiwan, o que não deixava de ser grande inovação, considerando que o Brasil apoiara, desde 1949, rigidamente, o ostracismo diplomático da China comunista. Naturalmente que o potencialíssimo mercado que os chineses tinham a oferecer não apenas foi considerado, mas, certamente, foi o fator indutor desta mudança política tão importante. Junta-se a isso o viés da dependência energética, sintomático na pauta do comércio bilateral (o Brasil exportava aço, açúcar e algodão, em troca de petróleo, carvão e produtos farmacêuticos).

A abertura para a África, por sua vez, passava por momentos difíceis. O primeiro e mais importante dizia respeito ao tradicional apoio do Brasil à política colonialista de Portugal. Mesmo os países independentes do continente africano pressionavam o Brasil para uma mudança em sua política de sustentação ao colonialismo português (e à África do Sul), como condição para efetiva aproximação política e econômica.²⁰

A partir do governo Médici, o Brasil passou discretamente a pressionar Portugal para um encaminhamento efetivo das independências de suas colônias na África. A pressão mais clara e decisiva sofrida pelo Brasil para que cessasse o seu apoio ao colonialismo e aos governos de minoria branca foi a Resolução adotada por 17 nações da África Central e Oriental, em novembro de 1973, que incluía o Brasil em lista de 6 países recomendados para sanções diplomáticas e econômicas, o que centralizava potencialmente o País no alvo do embargo do petróleo árabe. Em continuidade a essas pressões, os países africanos, em sua maioria, posicionaram-se, na ONU, favoravelmente à Argentina e em opo-

¹⁹ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores (Relatório)*, 1974.

²⁰ Sobre o tema, ver SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

sição ao Brasil, na questão do aproveitamento dos recursos hidrelétricos na Bacia do Prata.²¹

As pressões dos Estados africanos surtiram os seus efeitos: a) na Assembléia Geral da ONU de 1973, o governo brasileiro instruiu a sua delegação para que, quando fossem votadas 2 resoluções condenatórias a Portugal, se ausentasse ostensivamente do plenário em um dos casos e se abstinhasse no outro; e b) o Brasil passou a ser livre para estabelecer uma política de afirmação e cooperação na África apenas com a Revolução dos Cravos (25/4/1974), que pôs fim, subitamente, à ditadura e ao regime salazarista em Portugal, e permitiu a eclosão imediata e sem encaminhamentos das independências das colônias no continente.²²

Restava a África do Sul... A partir de 1974, o governo brasileiro passou a condenar energicamente o regime segregacionista sul-africano, de maneira a alicerçar incipiente política de aproximação ou vinculação com o resto do continente africano. Em 1977, o Brasil participou da Conferência Mundial de Ação contra o *Apartheid* (em Lagos) e da Conferência de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia (em Maputo). Acrescia-se, então, a condenação da intransigência sul-africana em relação ao processo de independência da Namíbia.

Em 1985, o governo brasileiro reafirmava a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, ao mesmo tempo em que suspendia as atividades de intercâmbio cultural, artístico e esportivo com o governo de Pretória.²³

²¹ NAZARIO, Olga. *Pragmatism in brazilian foreign policy: the Geisel years, 1974–1979*, op. cit., p. 61–72.

²² *Revista Veja*, 14 de julho de 1976.

²³ As relações com a África do Sul apenas se normalizam em 1994, quando tem fim o regime segregacionista com a eleição e posse de Nelson Mandela, a tempo de se vislumbrarem excelentes perspectivas no intercâmbio econômico para ambos os países. Conferir GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1996.

Rompendo a equidistância: Brasil, Israel e Oriente Médio

Os esforços do Brasil para penetrar o Oriente Médio foram, sem dúvida, tardios e apressados, determinados que foram pela crise no fornecimento de petróleo.²⁴

Até 1973, a política brasileira para a região era caracterizada pela equidistância que, no entender do Itamaraty, não deveria ser confundida com neutralidade, o que significaria desinteresse e ausência, o que, de fato, seria incabível quando se considera a enorme dependência de fornecimento de insumo tão estratégico quanto o petróleo da região. Na prática, esta tradicional postura equivalia ao referendo (intencional ou não) da política de fatos consumados que se tornara característica na inação da ONU para encaminhar a situação do Oriente Médio.²⁵

Justamente para reafirmar essa tradicional política de equidistância, o chanceler Mário Gibson Barboza viajou à região e rendeu visita ao Egito (28 a 31 de janeiro de 1973) e, logo depois, a Israel (4 a 8 de fevereiro), o que parecia indicar a permanência de boas relações com árabes e israelenses, sem condições, o que foi, ainda, reafirmado na Assembléia Geral das Nações Unidas daquele ano.²⁶

A mudança da política brasileira em relação ao Oriente Médio coincidiu, porém, com a escalada da crise energética global. Apenas 3 meses depois do pronunciamento diante da Assembléia Geral das Nações Unidas, o próprio Gibson Barboza passava a demonstrar simpatia ao pleito dos refugiados palestinos, depois que os árabes indicaram, em janeiro de 1974, que tal apoio poderia ser solicitado se o Brasil quisesse continuar recebendo petró-

²⁴ As análises sobre as intenções do Brasil para com o Oriente Médio convergem, aliás, para essa constatação. Ver, por exemplo, BARBOSA, Antônio José. "Outros espaços". In: CERVO, Amado L. (org.). *O desafio internacional*, op. cit., p. 333-351.

²⁵ A definição de "equidistância", no caso, é magistralmente proporcionada pelo chanceler Mário Gibson Barboza em suas memórias. BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²⁶ *Relatório*, 1973.

leo do Oriente Médio. Enfim, o temor do embargo aumentou quando a Nigéria passou a advogar a idéia de estender o novo poder dos países produtores como instrumento da luta pela descolonização e contra o *Apartheid*.

Em janeiro de 1974, em recepção em homenagem ao chanceler do Líbano, Gibson Barboza tratou de dar o primeiro sinal de apoio explícito do Brasil aos pleitos árabes, ao qual se seguiram, logo, declarações mais específicas e entusiásticas.²⁷ Gradualmente, o Brasil passava a reconhecer a “legitimidade e os direitos inalienáveis dos palestinos à autodeterminação” e declarou que considerava o exercício desses direitos como condição essencial para qualquer solução construtiva para o conflito na região.²⁸

A tendência pró-árabe afirmou-se e ganhou corpo com o início do governo Geisel (março de 1974). O Itamaraty, rapidamente, moveu-se para expressar o acordo do Brasil com os pontos de vistas árabes sobre os territórios ocupados por Israel e os direitos inalienáveis do povo palestino.²⁹ O padrão do voto do Brasil nas Nações Unidas também mudou, para, consistentemente, refletir o apoio às demandas árabes, nas resoluções que lidam com os conflitos do Oriente Médio. Desse modo, evoluiu de posição francamente principista e claramente tendente à sustentação de Israel para condenação estridente da política expansionista deste país na região.³⁰

A mais evidente demonstração das simpatias pró-árabes do Brasil foi expressa no voto favorável à resolução que considera-

²⁷ Discurso de Saudação proferido pelo Ministro Mário Gibson Barboza ao Ministro das Relações Exteriores do Líbano, 31 de janeiro de 1974.

²⁸ A propósito, conferir os diversos discursos dos representantes brasileiros na abertura das sessões da Assembléia Geral da ONU. BRASIL. FUNAG/MRE. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946–1995*. Brasília: FUNAG, 1995.

²⁹ Lessa, Antônio Carlos. “A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974–1979)”, *op. cit.*

³⁰ A ONU, sem dúvida, é o fórum básico para expressar a política brasileira para o Oriente Médio, dada a tibieza dos vínculos econômicos bilaterais, apesar da já anunciada dependência brasileira de petróleo importado e dos vínculos psicossociais que ligam os povos do Brasil aos da região (presença massiva de árabes e judeus na formação brasileira).

va o sionismo uma forma de racismo e discriminação, na 30ª Assembléia Geral da ONU, em 17 de outubro de 1975.³¹ O Brasil foi um dos 4 países da América Latina que votaram a favor da resolução anti-sionista. Apesar de criticado no âmbito doméstico, o voto brasileiro assinala a total adesão ao ponto de vista árabe, rompendo a equidistância em detrimento de Israel, o que perturbou a alta hierarquia militar no Brasil e surpreendeu a opinião pública e os meios diplomáticos.

Pode-se, mesmo, afirmar que o próprio processo decisório que estabeleceu essa guinada política em relação ao Oriente Médio permanece nebuloso. Mesmo já contando com a abertura dos arquivos secretos e confidenciais do Itamaraty, tanto sobre o fundo nas Nações Unidas quanto sobre os processos internos usualmente identificados com a formulação de posições (como instruções para as delegações brasileiras em foros multilaterais) e a correspondência da Secretaria de Estado com as embaixadas em Tel Aviv e Washington, não se pode afirmar, categoricamente, pelo menos até o momento, que a decisão do voto favorável à resolução anti-sionista se inscreva no rol das decisões e dos movimentos diplomáticos nascidos da ponderação e do labor intelectual que tão bem caracterizam os atos internacionais sob o governo Geisel.³²

³¹ *Relatório*, 1975, p. 23.

³² Nesse sentido, o depoimento do Presidente ao projeto de memória oral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas é simplesmente frustrante: Geisel não esclarece os motivos que o levaram a tomar tal decisão. Ver D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 342–343. Do mesmo modo, a imprensa brasileira não deixou de registrar, na ocasião, a sua estranheza com a decisão do governo brasileiro de votar favoravelmente à resolução anti-sionista: o jornalista Carlos Castello Branco, por exemplo, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, assinou, em 16 de novembro de 1975, artigo memorável no qual questiona as razões que teriam levado a Presidência da República a decisão tão controversa. Ver também GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 28–31; ABREU, Hugo de. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 49–52.

Sabe-se, também, que tanto a comunidade judaica quanto a comunidade árabe não atuaram sobre o processo decisório. Pelo contrário, pode-se argüir que a presença judaica foi contrabalançada por apreciável presença árabe – algo como 160 mil judeus e 2 milhões de árabes, dos quais apenas 80 mil muçulmanos –, mas, certamente, nenhuma delas influenciou na decisão, uma vez que a guinada política encontrava fundamentos estritamente econômicos, como bem reconheceram os líderes de ambas as comunidades na ocasião.³³

De todo modo, o voto anti-sionista na ONU é o símbolo de um processo importante na construção do universalismo brasileiro, uma vez que é uma das boas expressões de isolamento do ocidentalismo radical que identificava que as boas posições internacionais do Brasil deveriam estar estritamente ligadas com as orientações dos EUA.

Apesar de subsistirem tantas dúvidas quanto aos acertos das orientações de apoio aos pleitos árabes, em prejuízo da posição tradicional de contido e velado apoio à Israel, o Brasil manifestou-se, a partir de então, coerentemente com a política adotada, sobretudo em suas manifestações em foros multilaterais, em um *crescendo* que passa pelo reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina como legítima representante do povo palestino e pela concessão de autorização para o funcionamento de um escritório da organização em Brasília (1979), até a condenação veemente da política de força de Israel em seus ataques ao Iraque e ao Líbano já na década de 80.

As relações com os países árabes expandiram-se consideravelmente, pelo menos do ponto de vista político, na mesma intensidade com que as relações com Israel se restringiam drasticamente, como pode ser observado na cronologia que encerra este texto. A agenda política e de cooperação com Tel Aviv, que, reconhecidamente, nunca foi das mais dinâmicas, experimentou o desalento. Por outro lado, rapidamente o governo brasileiro fez

³³ SCHNEIDER, Ronald. *Brazil: foreign policy of a future world power*. Boulder: Westview Press, 1978. Ver também *Revista Visão*, 24 de novembro de 1975.

expandir sua rede de representação por toda a região, espalhando embaixadas nos pequenos e grandes Estados árabes. Da Arábia Saudita a Omã, foram estabelecidas relações diplomáticas com 10 Estados da região, e deu-se início a uma temporada de trocas de visitas de alto nível, com a esperança de se criarem novos mercados para as exportações brasileiras.³⁴

O ânimo da promoção comercial e a política já tornada irreversível para os árabes levaram o Brasil a estabelecer acordos diversos com o objetivo de amparar a consolidação de boas relações econômicas (o que efetivamente não aconteceu). Assim, firmaram-se acordos de cooperação com o Cote d'Ivoire (1975), Arábia Saudita, Jordânia, Líbia, Argélia, Irã e Iraque. Este último é prenunciador do início de fértil fase de cooperação entre os 2 países que adentrou a década de 80, firmando mercados para as indústrias brasileiras de material bélico, insumos e tecnologias nucleares e de construção pesada.

Relações econômicas israelo-árabe-brasileiras: um balanço

Ao votar a favor da resolução anti-sionista, o governo brasileiro não tinha, ainda, todas as respostas de que necessitava para boa formulação de sua política no Oriente Médio. Em outras palavras, não estava claro se a guinada em favor dos pleitos árabes e em detrimento de Israel poderia render frutos a curto e médio prazo, além de, obviamente, permitir que o país escapasse de eventual boicote de fornecimento de petróleo.

Efetivamente, o Itamaraty não sabia: a) como os países árabes iriam tratar as demandas brasileiras, mesmo com demonstrações tão apreciáveis de apoio aos seus pleitos por parte do governo; b) como se comportariam os preços internacionais do petróleo; c) se haveria a possibilidade de estabelecimento de “rela-

³⁴ Lessa, Antônio Carlos. “Pelos quatro cantos do mundo: um balanço histórico da estratégia de diversificação de parcerias sob o Governo Geisel (1974–1979). Brasília, maio de 1997. *Cadernos do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais*.

ções especiais”, pelo menos no que toca a concessões de cotações mais favoráveis ao Brasil; d) como se processaria a reciclagem de petrodólares e se haveria a possibilidade de investimentos massivos no setor produtivo brasileiro; e) como evoluiriam os mercados para as exportações brasileiras na região; f) qual o potencial efetivo da produção nacional de petróleo; e g) qual a velocidade possível e as chances de sucesso efetivas dos programas de substituição de importações (desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o álcool carburante, e adaptação da matriz energética nacional a suprimentos mais elevados de gás natural e carvão).

A análise dos fluxos comerciais entre o Brasil e o Oriente Médio evidencia que os esforços de penetração brasileira na região foram insuficientes ou, no mínimo, maldirecionados. Registra-se, por exemplo, a ineficiência da política de diversificação de fontes supridoras de petróleo, que permaneceram concentradas na região, em breve balanço dos dados de 1979 (Quadro 2). Acresce que a promoção comercial brasileira não logrou diminuir os crescentes déficits registrados na balança comercial com os países árabes. Entretanto, os fluxos de comércio com a região permaneceram altamente deficitários para o Brasil, dada a pesada conta das importações de petróleo.

QUADRO 2

Participação percentual dos principais fornecedores no suprimento brasileiro de petróleo (1979)

Países fornecedores	Participação no suprimento brasileiro de petróleo
Iraque	40,74%
Arábia Saudita	30,41%
Irã	12,19%
Coveite	2,83%
Gabão	1,97%
Venezuela	1,73%
Outros	6,03%

Fonte: Ministério das Minas e Energia – Conselho Nacional do Petróleo (Diretoria de Planejamento – Coordenadoria de Estatísticas)

Os árabes ofereciam boas possibilidades de negócios nos setores tradicionais da pauta de exportações do Brasil (sobretudo açúcar e café), alguns produtos industrializados e frango congelado. Apesar do esforço sobre-humano da promoção comercial brasileira, as exportações do Brasil saltaram de 1% do total exportado, no período compreendido entre 1967 e 1972, para 3% entre 1973 e 1978, para chegar a 6% entre 1980 e 1985. Na medida inversa, as importações evoluíram de 6% do total entre 1967 e 1972 para incríveis 22% entre 1973 e 1978, para depois recuarem para civilizados 14% entre 1980 e 1985 (Quadro 3).

QUADRO 3

Comércio bilateral do Brasil com os países do Oriente Médio (incluindo Israel), em US\$ milhões (FOB)

	1967-1972	1973-1978	1980-1985
Exportações	162	1.912	8.503
Importações	961	14.903	39.113

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil* – para os anos 1967-1970, v. 10, n. 4, abril/1974; para o período 1971-1985, v. 24, n. 1 (Boletim Especial – Séries Históricas do Setor Externo).

Vários fatores são responsáveis pelo malogro dos esforços brasileiros em diminuir esses déficits. Naquele momento, quando inquirido sobre o insucesso da política comercial para a região, o Itamaraty apontava a falta de agressividade dos empresários brasileiros para competir com os países desenvolvidos em suas ofertas de produtos e possibilidades de investimentos. Em contrapartida, o empresariado brasileiro queixava-se da burocracia do Ministério das Relações Exteriores, da falta de flexibilidade dos setores governamentais, etc. Os 2 setores uniam-se para culpar a política ineficiente da Petrobrás, que insistia em adquirir petróleo exclusivamente pelos preços mais baixos, em lugar de diversificar os fornecedores, dando preferência a países que

pudessem, por sua vez, importar muito do Brasil, como Venezuela, México, China, Gabão e Equador.³⁵

A expectativa de atrair grandes fluxos de investimentos diretos também se mostrou frustrada (e frustrante) no período compreendido entre 1967 e 1994: apenas 8% dos investimentos externos diretos registrados no Brasil tiveram origem nos países da região, o que pode ser considerado muito pouco, se levarmos em conta que quase todos os países da região estavam altamente capitalizados (Quadro 4).

Desde muito cedo, portanto, os diplomatas brasileiros desistiram dos sonhos de ver jorrar petrodólares do mundo árabe na forma de investimentos na economia brasileira, em agradecimento ao apoio político dado, nos foros internacionais, aos árabes e à causa palestina. Estava claro que preferiam, os árabes, a segurança e o retorno rápido que conseguiam investindo na Europa e nos Estados Unidos.

Conclusão

O processo de revisão dos relacionamentos excludentes da política exterior do Brasil, notadamente entre 1967 e 1979, por necessário que fosse, acabou por conformar a própria noção do pragmatismo ético que foi insistentemente repetida pelos governos brasileiros a partir de 1974, como construção que evitasse a confusão com oportunismo.

Nesse sentido, a revisão das relações israelo-brasileiras e árabe-brasileiras, desde o início da década de 70, ensina mais sobre os caminhos da política exterior do Brasil e, especialmente, sobre os seus erros e acertos do que propriamente sobre os frágeis vínculos de cooperação política e econômica que construíram os Estados de parte a parte, desde então.

A pesquisa histórica, entretanto, que avança com o acesso à documentação referente ao período, não pode deixar de lançar

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 4 de março de 1979.

QUADRO 4

Investimentos estrangeiros no Brasil – Distribuição por país da holding e ano de ingresso ou capitalização, em US\$ mil, em valores históricos (1967–1994)

Ano	Total *	Arábia Saudita	Bahrain	Coveite	Irã	Iraque	Israel	Jordânia	Líbano
1967	107.982	0	0	0	0	0	0	0	0
1968	204.079	0	0	0	0	0	0	0	0
1969	204.243	0	0	0	6	0	0	0	18
1970	559.283	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	379.540	0	0	0	0	0	0	0	2
1972	739.448	0	0	0	0	0	0	0	23
1973	681.202	0	0	0	0	0	0	0	20
1974	1.311.676	2.795	0	0	0	0	0	0	6
1975	1.416.917	160	0	2.823	0	0	0	0	40
1976	1.444.814	929	0	1.391	58.665	0	0	0	4
1977	1.644.580	194	0	2.821	0	0	0	0	-22
1978	1.761.147	399	0	0	0	0	0	0	1.080
1979	1.916.146	23.571	0	0	0	0	171	0	5.867
1980	2.345.134	16	0	115.343	0	0	44	0	1.650

* A coluna reproduz o total dos investimentos feitos no Brasil, no período.

QUADRO 4

Investimentos estrangeiros no Brasil – Distribuição por país da holding e ano de ingresso ou capitalização, em US\$ mil, em valores históricos (1967–1994)

continuação

1981	2.147.942	200	0	10.585	0	0	85	0	2.751
1982	2.393.279	-345	0	366	0	8.899	40	0	-1.963
1983	2.415.300	0	0	574	0	225	4	0	15
1984	1.387.577	29	0	41.203	0	23	56	34	115
1985	1.410.680	1.530	0	0	0	0	113	0	584
1986	729.294	724	0	0	0	12	0	0	1
1987	268.174	0	0	-39	0	0	0	0	77
1988	1.240.888	8.282	0	-76	0	0	0	0	11
1989	2.811.464	-9.245	12.750	0	0	0	0	0	8
1990	1.261.938	0	11.916	0	0	0	0	0	6
1991	991.036	-6.178	5.105	0	0	0	0	0	442
1992	1.619.221	0	0	70	0	0	0	0	308
1993	2.663.068	0	0	0	0	0	0	0	60
1994	7.873.306	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7.134.736	23.061	29.771	175.061	58.671	9.159	513	34	11.613
Participação percentual sobre o total de IED registrados		0,32	0,41	2,45	0,82	0,12	0,0071	0,00047	0,16

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil – BACEN/FIRCE/CONAP.

sombras de dúvidas sobre as brilhantes construções do discurso que tentava amparar a revisão das relações do Brasil com os países que se tornaram constrangedores para uma atuação internacional minimamente autônoma. Afinal, depois de 20 anos, o balanço de relações que não deixaram prendas impõe a pergunta: não seria o pragmatismo responsável simplesmente oportunismo nefasto?

Cronologia básica das relações entre Brasil, Israel e países árabes

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1967	<p>Guerra dos Seis Dias – Israel ocupa a Cisjordânia, parte velha de Jerusalém e as Colinas de Golan (Síria), aumentando em 4 vezes o seu território</p> <p>Brasil apóia a adoção de fórmula apresentada pela delegação da Grã-Bretanha, na V Sessão Especial de Emergência da XXII Assembléia Geral da ONU (projeto adotado por unanimidade pelo Conselho de Segurança) – estabelecimento dos princípios em que se basearia a solução da crise: recuo das tropas israelenses dos territórios ocupados em função do recente conflito; cessação do estado de beligerância; e o direito de todos os povos da área de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas; garantia à liberdade de navegação pelas vias marítimas da área; necessidade de uma solução para o problema dos refugiados; necessidade de garantirem-se a inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área por meio de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas</p>	<p>Geral – Início de entendimentos com os governos de Líbia, Iraque, Coveite e Arábia Saudita, para o estabelecimento de relações diplomáticas</p> <p>Abril – Visita do Presidente da <i>National Iranian Oil Company</i>, com o objetivo de tratar da aquisição, pela PETROBRAS, de petróleo iraniano, da eventual associação entre as 2 empresas estatais para o refino de petróleo e do aumento do intercâmbio entre os 2 países</p>	<p>Maió – Delegação do Brasil estabelece conversações com o governo de Israel, em Jerusalém, relativas ao Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos (assinado em 11/5/1966 no Rio de Janeiro e concluído pelos 2 governos no Recife em 12/3/1962). Foi convencionado que determinados campos do acordo seriam imediatamente dinamizados: a) irradiação de alimentos e de sementes para sua conservação; b) esterilização de insetos nocivos à agricultura; c) aplicação de radioisótopos, especialmente no setor da hidrologia, para a localização e a avaliação de recursos de águas subterrâneas; d) assistência na prospecção e no beneficiamento de urânio e outros minérios de interesse para o desenvolvimento da energia nuclear; e e) estudos sobre reatores de urânio natural, de reatores rápidos e de reatores de dupla finalidade (dessalinização de água do mar e produção de energia elétrica)</p> <p>Agosto – Visita, ao Brasil, do Diretor-Geral da Comissão de Energia Atômica de Israel, para o desenvolvimento de acordos no campo da cooperação científica e tecnológica (de grande importância para os centros brasileiros da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Piracicaba e para o Centro de Tecnologia de Alimentos – Campinas)</p> <p>Setembro – Reunião do Grupo Misto Brasileiro-Israelense de Cooperação Técnica, em decorrência da qual foi firmado o Primeiro Convênio Suplementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, relativo a projeto de irrigação a ser executado no Piauí pelo DNOS e pela SUDENE</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1969		<p>Geral – Criação da Embaixada do Brasil em Riad (Arábia Saudita)</p> <p>Fevereiro – Visita do Presidente da ONACO, autarquia de comércio importador argelino, que firmou protocolo de acordo sobre contratos de venda de café brasileiro à Argélia</p> <p>Outubro – Proposta a criação de um Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes (COARABE)</p>	
1971	Reafirmação da política de imparcialidade e neutralidade que caracteriza a posição de equidistância ante o conflito árabe-israelense	<p>Geral – Instalação da Embaixada do Iraque no Brasil</p> <p>Janeiro – Assinatura do Acordo Comercial entre o Brasil e o Iraque (Bagdá)</p> <p>Envio de missão comercial brasileira a diversos países do Oriente Médio</p>	
1972	<p>Relatório – O Oriente Médio, por sua posição estratégica como encruzilhada de 3 continentes (Europa, Ásia e África), por suas reservas petrolíferas, pela riqueza e multiplicidade de sua composição racial, cultural e religiosa, é zona de influência importantíssima na balança de poder mundial, estando, nela, em cheque, interesses vitais dos principais blocos político-ideológicos do mundo contemporâneo</p> <p>Rede de representação brasileira – O Brasil mantém, nessa região, 8 embaixadas permanentes – em Rabat, Argel, Túnis, Cairo, Tel Aviv, Teerã e Damasco – e 5 outras em caráter cumulativo – Trípoli, Cartum, Coveite, Amã e Nicósia –, estando já regulado o</p>	<p>Fevereiro – Missão comercial do Brasil a Bagdá convencionada com o governo iraquiano que, em contrapartida ao montante de petróleo já comprado pela PETROBRAS, o Iraque adquiriria semimanufaturados e manufaturados de produção brasileira em igual ou superior valor ao do óleo iraquiano.</p> <p>Setembro – Visita do Presidente da Câmara de Comércio, Indústrias e Minas do Irã. Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, quando formulou convite para que Gibson Barboza visite seu país.</p> <p>Novembro – Missão industrial iraquiana com o objetivo de estudar as possibilidades de cooperação no campo siderúrgico e a compra de uma aciaria do Consórcio Brasileiro de Siderurgia</p>	<p>Agosto – Visita do Ministro das Finanças de Israel, que formula convite para que o ministro das Relações Exteriores do Brasil visite aquele país</p> <p>Setembro – Visita do presidente da Comissão de Energia Nuclear de Israel; exame das perspectivas de cooperação entre os 2 países e intercâmbio de pesquisadores. Visita do Subdiretor-Geral de cooperação internacional e dos assuntos econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; solicitação da ELAL de obter permissão de sobrevôo ou pouso técnico; renovação do Convênio de Assistência Técnica, a ser assinado em Tel Aviv (estudo de novos programas a serem implementados com a cooperação de Israel; oferecimento, por parte do Brasil, de assistência em campo de maior desenvolvimento (medicina – cirurgia plástica; engenharia – constru-</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	caráter autônomo da Missão em Bagdá		ção de represas; arquitetura); cooperação prática entre as Comissões de Energia Nuclear; viagens de estudo para nacionais dos 2 países
1973	Guerra do Yom Kippur – árabes pretendiam recuperar os territórios perdidos em 1967 Outubro – Choque do Petróleo Lloyd Brasileiro inaugura linha pioneira para o Golfo Pérsico	Geral – Instalação de Embaixada em Bagdá e em Jeddah Criação das embaixadas em Trípoli e Coveite Janeiro – Gibson Barboza visita o Egito (28 a 31/1) – assinatura de Acordo de Promoção de Cooperação Técnica e Acordo Comercial Junho – Visita do Chanceler da Arábia Saudita Julho – Instalação da Embaixada da Arábia Saudita em Brasília Visita de Missão Comercial da Argélia Visita do Ministro das Finanças da Síria Visita do Diretor do Departamento de Imigrantes e dos Libaneses de Ultramar do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano Visita do Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do MRE (Wladimir do Amaral Murtinho) ao Iraque	Fevereiro – Gibson Barboza visita Israel (4 a 8/2); conversações sobre o alargamento da colaboração entre os 2 países, no campo da assistência técnica, do planejamento rural, da implantação de culturas irrigadas e do intercâmbio de informações científicas. Assinatura do Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural (1959) e no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica (1962); Ajuste Complementar sobre a Colaboração de Israel ao Programa de Irrigação e Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas; Ajuste Complementar sobre a Colaboração Brasil-Israel na reavaliação do III Curso e Planejamento e Exceção de Programas Regionais de Desenvolvimento Integrado; Ajuste Complementar para a Promoção de Programa de Cooperação Científica no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Agosto – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban
1974	Governo Brasileiro declara seu apoio aos “legítimos direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, elementos havidos como essenciais para uma paz justa e duradoura na região” “O agravamento da conjuntura econômico-financeira mundial provocou	Janeiro – Visita do chanceler do Líbano, em missão especial da Liga dos Estados Árabes, destinada a esclarecer a posição dos países que representava no que diz respeito ao conflito árabe-israelense Fevereiro – BRASPETRO também é autorizada a realizar trabalhos de pesquisas e exploração de petróleo na Argélia	Balança comercial atinge a cifra de US\$ 30 milhões nos 2 sentidos, com as exportações em US\$ 13,7 milhões e as importações em US\$ 16,3 milhões

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>uma intensificação da atividade para garantir acesso de nossos produtos aos mercados dos países industrializados; abrir novos, que tenham condições de absorver número crescente de produtos brasileiros; estabelecer arranjos cooperativos tanto financeiros quanto de investimentos; e assegurar o fornecimento continuado das matérias-primas, máxime o petróleo, indispensáveis ao crescimento da economia nacional”</p>	<p>Julho – Visita de Missão Comercial, composta por empresários e banqueiros do Coveite Agosto – Visita de Missão Empresarial de representantes dos meios financeiros de diferentes países árabes, com o objetivo de identificar áreas de interesses para o investimento de capitais Setembro – Visita do Chanceler da Arábia Saudita; criada a Comissão Mista Coordenadora Brasil–Arábia Saudita, destinada a criar estrutura para o desenvolvimento da cooperação bilateral Outubro – BRASPETRO dá início à fase de perfuração de área em território iraquiano, onde fora autorizada a pesquisar e explorar por contrato assinado em agosto de 1972 Novembro – Visita de Missão Comercial Brasileira à Arábia Saudita e ao Coveite; estabelecimento de relações diplomáticas com Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Oman; visita de delegação governamental da Argélia para aceitar pormenores a respeito de projetos de cooperação entre os 2 países no campo dos transportes, até mesmo para prestação de serviços de engenharia civil por parte de empresas brasileiras</p>	
1975	<p>Governo brasileiro manteve sua posição de princípio no que toca à questão do Oriente Médio, reiterando sua oposição à ocupação de territórios pela força e seu apoio aos</p>	<p>Geral Coveite – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Coveite (assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, que cria a Comissão Mista para Coordenar a</p>	<p>Missão do Governo de Israel com a finalidade de apresentar às autoridades brasileiras as posições de seu país sobre a situação no Oriente Próximo</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>inalienáveis direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, por considerar que o exercício de tais direitos constitui condição essencial para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região</p> <p>No propósito de, na medida do possível, compensar os elevados déficits com a importação de petróleo, o Brasil realiza enorme esforço, tanto oficial quanto empresarial, no sentido de ampliar a participação no mercado do Oriente Próximo para os produtos de exportação e para a tecnologia avançada de que já dispõe em alguns setores – participação nas Feiras Internacionais de Trípoli, Cairo, Casablanca, Argel, Teerã e Bagdá; realização da II Exposição Brasileira no Coveite.</p> <p>Abertura de linha da Companhia Paulista de Comércio Marítimo cobrindo os portos de Santos, Paranaguá, Rio Grande, Buenos Aires, Dar-El-Salaam, Mombasa e Portos do Golfo arábico-pérsico, retornando ao Brasil pelo Canal de Suez</p>	<p>Cooperação entre os 2 países); formação da Companhia de Investimentos Árabe-Brasileira (ABICO); visita, ao Coveite, de delegação empresarial brasileira; Visita do primeiro-ministro do Coveite ao Brasil</p> <p>Arábia Saudita – Assinatura de Acordo de Cooperação Econômica e Técnica</p> <p>Argélia – Acordo sobre Transportes Marítimos e constituição de Sociedade de Infra-estrutura Ferroviária (programa de construções previsto de US\$ 2 bilhões em 10 anos)</p> <p>Líbia – Missão chefiada pelo Secretário-Geral da Indústria e Comércio – assinatura do Protocolo que cria a Comissão Mista Brasil-Líbia com vistas no incremento da cooperação econômica e comercial; instalação da Embaixada da Líbia no Brasil</p> <p>Irã – Missão a Teerã chefiada pelo Presidente do Banco do Brasil assina acordo que cria a Comissão Mista Brasil-Irã</p> <p>Brasil recebe as seguintes missões:</p> <p>Missão Econômica do Iraque – destinada a examinar a possibilidade de fornecimento, pelo Brasil, de usinas de refinarias de açúcar e de uma fábrica de montagem de veículos brasileiros; Missão Egípcia da Boa Vontade, com o objetivo de expor, ao Governo Brasileiro, as posições do Governo do Egito sobre a situação no Oriente Próximo; Missão Conjunta Marroquino-Mauritiana com vistas em gestionar o apoio do governo brasileiro para as posições do Rei Hassan II e do Presidente Ould Daddah quanto à questão do Saara Ocidental</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1976	<p>Participação do Brasil nas Feiras Internacionais de Trípoli, Argel, Bagdá, Teerã e Damasco</p> <p>Organização da I Exposição Industrial Brasileira na Arábia Saudita</p>	<p>Argélia – Visita, ao Brasil, de delegação chefiada pelo Ministro dos Transportes</p> <p>Irã – Visita do Ministro da Fazenda do Brasil; assinatura de protocolo que prevê numerosos empreendimentos conjuntos de grande envergadura e a conclusão de Acordo Comercial; abertura de escritório do Banco do Brasil em Teerã</p> <p>Bahrain – Banco do Brasil instala agência em Al Manamah</p> <p>Coveite – INTERBRÁS instala escritório central para o Oriente Médio, com a finalidade de dinamizar as exportações brasileiras para a região</p> <p>Iraque e Argélia – BRASPETRO descobre importantes jazidas de petróleo em ambos os países</p>	
1977	<p>Relações comerciais com o Oriente Próximo acusam déficit da ordem de US\$ 2,9 bilhões</p> <p>Brasil participa das Feiras Internacionais de Trípoli, Teerã, Argel, Bagdá e Cairo</p> <p>Organização de Exposição Industrial Brasileira no Coveite</p> <p>Organização de Exposição Tecnológica Brasileira na Arábia Saudita</p>	<p>Irã – Missão governamental ao Brasil para iniciar conversações com vistas na criação de companhia brasileiro-iraniana de navegação; Acordo de Comércio prevê a colocação de produtos agrícolas e manufaturados brasileiros no mercado iraniano e a exportação de serviços, em troca de compras adicionais de petróleo iraniano</p> <p>Iraque – Acordo sobre Transportes Aéreos; Acordo de Cooperação Econômica e Técnica</p> <p>Autorização para a instalação de Embaixada do Brasil em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos)</p> <p>Concessão de empréstimo de US\$ 54 milhões, destinados ao projeto hidrelétrico do Vale do São Francisco</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1978	<p>Brasil vota a favor de projetos relativos aos interesses palestinos: resoluções relativas à UNWRA sobre bolsas a estudantes palestinos, sobre o grupo de financiamento da instituição, sobre refugiados palestinos em Gaza, sobre populações e refugiados deslocados desde 1967</p> <p>Exportações brasileiras crescem 35%.</p>	<p>Iraque – Torna-se o primeiro fornecedor de petróleo</p> <p>Consórcio Mendes Júnior – INTERBRÁS assina, com Ministério dos Transportes iraquiano, contrato para construção de estrada de ferro ligando Bagdá a Akashat (o maior contrato firmado por uma firma brasileira no Exterior). Iraque passa a importar grandes quantidades de veículos automotores, frangos congelados e açúcar. Brasil participa da Feira Internacional de Bagdá</p> <p>Irã – Torna-se o terceiro fornecedor de Petróleo para o Brasil; Visita de delegação do Ministério da Agricultura do Irã, com o objetivo de estudar a cooperação agrícola entre os 2 países. Visita da princesa Acharf Pahlavi; Brasil participa da Feira Internacional de Teerã.</p> <p>Líbia – Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica</p>	
1979	<p>Dentro de panorama petrolífero internacional marcado por crise generalizada e posições especulativas, o governo, graças às excelentes relações com seus fornecedores, tem mantido o país salvo das manifestações negativas do mercado e de possíveis tratamentos discriminatórios. Pelo contrário, tem, o Brasil, estabelecido novos, variados e promissores contatos com esses fornecedores e recebido firmes indicações de que o suprimento nacional de óleo será assegurado, mesmo diante de eventuais</p>	<p>Reuniram-se as comissões mistas Brasil–Arábia Saudita, Brasil–Coveite, e Brasil–Iraque.</p> <p>Delegações: Vice-Presidente do Iraque (maio); ministro da agricultura e recursos hídricos da Arábia Saudita (junho); Ministro do Petróleo do Iraque (dezembro)</p> <p>Visita do ministro-chefe do planejamento ao Iraque e à Arábia Saudita (novembro)</p> <p>Dezembro – governo brasileiro autoriza a instalação de um escritório da OLP em Brasília.</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>situações extremas. É política do governo ampliar a cooperação com os países fornecedores, com o objetivo de estabelecer relacionamento comercial e financeiro mais equilibrado, que permita minorar os atuais problemas do balanço de pagamentos</p> <p>Também em nova e importante fase entraram as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Deseja, o governo do Brasil, a implementação da Resolução nº 242 e da Resolução nº 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas; favorece a desocupação dos territórios árabes ocupados pela força; considera que todos os países da região têm o direito de subsistir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e negociadas; e defende os direitos do povo palestino à autodeterminação, à constituição de um Estado soberano e ao retorno aos seus lares. Ademais, reconhece, o governo brasileiro, que a Organização da Libertação da Palestina representa o povo palestino e deve estar presente no processo de negociação que venha a decidir o destino da Palestina.</p> <p>Geral – Assinaturas dos Acordos de <i>Camp David</i>, a queda do regime imperial e o estabelecimento da República Islâmica no Irã</p>		

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1981	Governo brasileiro condena a destruição, pelas Forças Aéreas de Israel, de central nuclear e reitera a solidariedade, do Brasil, ao governo e ao povo do Iraque pela agressão sofrida		
1984	Brasil denuncia a persistência da política de fatos consumados no Oriente Médio, atentatória à Carta da ONU		
1985		Acordo com o Egito – criação de Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação Este foi o único acordo celebrado entre o Brasil e os países da região no ano em questão	Visitas do governador de Pernambuco e da Paraíba (Roberto Magalhães e Wilson Braga) – julho; visita do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Flávio Peixoto) – novembro
1986	Realiza-se, em abril, a Reunião de Embaixadores do Brasil no Oriente Médio, em Riad Reunião inaugural da Organização de Parlamentares Americanos de Origem Árabe (São Paulo, junho)	Visita do ministro das Relações Exteriores à Arábia Saudita e ao Coveite Visita do Vice-primeiro-ministro e ministro da energia e minerais do Iêmen do Sul (outubro) Visita do ministro da agricultura do Brasil (Íris Resende) ao Irã (agosto) Visita do Vice-ministro dos negócios estrangeiros do Irã (setembro) Visita do Vice-primeiro-ministro do Iraque (maio) Visita do Ministro da Indústria e Comércio do Brasil ao Iraque (novembro) Visita do presidente do parlamento da Síria (junho) Visita do presidente da Argélia (outubro)	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores de Israel

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1987	<p>Na área do Oriente Médio, verificou-se a agudização dos conflitos regionais, com a intensificação dos combates interconfessionais na intrincada arena em que se tornou o Líbano, e o agravamento da Guerra Iraque-Irá</p> <p>Brasil mantém posição de neutralidade na guerra, apoiando a Resolução nº 598 das Nações Unidas, que prevê a cessação das hostilidades entre os beligerantes e favorece solução negociada e pacífica para o conflito</p> <p>Coerente com a orientação que tem adotado com relação à problemática palestina, o Brasil continuou a pautar sua posição no assunto, nos foros internacionais, à luz dos seguintes princípios:</p> <p>a) apoio à retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados desde 1967</p> <p>b) defesa do retorno do povo palestino à parcela de seus territórios ancestrais, e o reconhecimento de seu direito de autodeterminação, independência e soberania</p> <p>c) participação, dos palestinos, nas negociações de paz por meio de representantes legítimos</p> <p>d) reconhecimento do direito de todos os Estados da região, incluindo Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas</p>	Ministro das Relações Exteriores visita o Egito (junho)	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1988	Proclamação do Estado da Palestina	Visitas de alto nível de diferentes países árabes	
1993	Tratado de paz assinado em setembro entre Israel e OLP abre perspectivas sólidas para o encaminhamento do conflito árabe-israelense		
1994	Assinatura do acordo de paz entre Israel e Jordânia Implementação da autonomia palestina em Gaza e Jericó Retorno do líder da OLP, Yasser Arafat		



recorte aqui

dobre aqui

!SR-47-580/85
UP CT/GOT
DR/BSB

**CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70919 970 BRASÍLIA DF

P E S Q U I S A

A Editora Universidade de Brasília está desejando conhecer melhor os seus leitores. Em nossos livros você encontra um formulário para preencher e nos enviar e receber gratuitamente informativos sobre nossos lançamentos. Aproveite para dar a sua opinião sobre os nossos livros. Obrigado.

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

RG

Telefone

Data de nascimento

CPF

Empresa onde trabalha

Profissão

Ramo de atividade

Sexo

masculino

feminino

Possui filhos?

sim

não

Estado civil

casado

solteiro

outros

Qual a faixa etária

0 a 5

6 a 10

acima de 10

Quais são as áreas, dentro de nosso linha de publicação, que mais interessam a você?

Negócios

Biografias

Culinária

Dicionários

Direito

Literatura

Psicologia

Turismo

Informática

Ciências Exatas

Religiões e Crenças

Ciências Biológicas e Medicina

Artes, Esportes e Lazer

Ciências Humanas e Sociais

Use este espaço para dar sua opinião e/ou sugestões sobre as nossas publicações.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

qualidade@tba.com.br



Clássicos gregos e latinos
Editora UnB

Orestes
Eurípides

Lísis
Platão

Apologia de Sócrates/Crítion
Platão

Agamenon
Ésquilo

As traquínias
Sófocles

Díálogo dos mortos
Luciano

Hipólito
Eurípides

A sogra
Terêncio

A comédia da marmita
Plauto

Pluto (A riqueza)
Aristófanes

Brasil e Israel



Brasil e Israel: diplomacia e sociedades foi escrito, com esmero, por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era Presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Oriente Próximo e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Código EDU 277487

